

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HOMOSSEXUALIDADE: ASPECTOS DO E PARA O TRABALHO NA ESCOLA

TEACHER TRAINING AND HOMOSEXUALITY: ASPECTS OF AND FOR SCHOOL WORK

Danilo Nobre SANTOS

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade apresentar resultados de revisão bibliográfica de análises desenvolvidas sobre aspectos do trabalho da Escola com os alunos que têm uma orientação sexual distinta da heterossexualidade, isto é, alunos que se identificam com a homossexualidade. Uma vez que o que se constata é um verdadeiro despreparo da parte dos professores e, muitas vezes, mesmo a prática da homofobia, carregada de silêncio, julgamentos, acusações e distanciamento por parte dos estudantes. Desse modo, este artigo assenta-se numa possível prática de formação para professores, bem como, pistas de ação e estratégias para um trabalho que privilegie o respeito e a acolhida, mediante um processo de sensibilização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Formação de professores; Escola; Homossexualidade; Preconceito.

ABSTRACT: The present study aims to present results of the bibliographic review of analyzes developed on aspects of the School's work with students who have a sexual orientation distinct from heterosexuality, that is, students who identify with homosexuality. Since what is found is a real lack of preparation on the part of teachers and, often, even the practice of homophobia, full of silence, judgments, accusations and detachment on the part of students. In this way, this article is based on a possible training practice for teachers, as well as courses of action and strategies for work that privileges respect and acceptance, through an awareness process.

KEYWORDS: Education; Teacher training; School; Homosexuality; Preconception.

INTRODUÇÃO

Ao trabalharmos com a questão da presença da Homofobia na Escola, cientes do crescente interesse pelo tema das questões de gênero e também devido a certas polêmicas que naturalmente ocorrem, o que se pergunta inicialmente é como a escola trabalha com alunos que têm uma orientação sexual distinta da heterossexualidade.

<http://doi.org/10.36311/2447-780X.2020.v6.n2.09.p127>

O que se verifica é um silenciamento de modo geral, despreparo, insegurança e dissimulação por parte de professores e equipes gestoras, acarretando todo quanto é tipo de sintomas em quem sofre desta modalidade discriminatória, opressiva e preconceituosa.

Uma vez que a homossexualidade não é mais vista, de modo geral, pelo senso comum, como crime, doença, anormalidade ou desvio, mediante estudos da Medicina e da Psicologia, o que nos parece, devido a um grande despreparo, não pela novidade do tema, é que a escola continua se eximindo de abordar este assunto, posto que ainda ocorrem muitos embates ideológicos, marcados por convicções políticas, religiosas, culturais e tantas outras, que acabam justificando a intolerância.

Ainda se identifica piadas de mal gosto, chacotas, comentários maldosos, quando não, ações de violência, marginalização e exclusão contra aqueles que correm o risco de se mostrarem simplesmente diferentes do comum, considerados “normais”, corretos e adequados, dentro da lei, segundo o poder patriarcal e a família burguesa tradicional.

Desse modo, o que nos interpela e questiona diante do exposto é como trabalhar diferente na escola esse assunto sem incorrer em estereótipos ou banalizações? Como recuperar a autoestima dessas pessoas que não são tratados com igualdade? Como recuperar o sujeito histórico destas pessoas? Como nos mantermos abertos e sensíveis para acolhê-los e ouvi-los? Será que existem e ou podem existir possíveis novas abordagens para acompanhar e enfrentar tal situação com naturalidade?

A HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Para observar como a homossexualidade é percebida, a UNESCO, em 2004, publicou uma pesquisa realizada em 14 capitais brasileiras e constatou que 27% dos alunos não gostariam de ter um colega de classe homossexual; 60% dos professores não sabem abordar o tema em sala de aula e 35% dos pais não apoiam que seus filhos estudem no mesmo local que *gays* e lésbicas. (GUIA PARA EDUCADORES (AS), 2006, p. 8).

Assim, o que a pesquisa revela é um grande tabu. Ao se tratar do assunto, as reações sempre são de surpresa, horror, medo, vergonha, etc. Na verdade, ou a Homossexualidade na escola ainda é vista como desvio, anormalidade, aberração e fora dos padrões ou é silenciada; percebida, mas ignorada para se evitar comprometimentos e conseqüentemente, cobranças de quem legitima e apoia os atos de discriminação. Certo é que o tema incomoda muito, desacomoda, questiona, mas é certo também que com certeza, incomoda muito mais o (a) homossexual que sofre a reprodução dos atos de violência.

Agora, qual o papel do professor, diante dessa cruel realidade?

O papel dos professores não é o de incluir? Fala-se tanto de inclusão: portadores de necessidades especiais, cultura afro, alfabetização de adultos e sobre as manifestações de sexualidade a escola silencia. Ao invés de incluir, muitas vezes a escola também pratica a homofobia ou simplesmente se desobriga de tratar do assunto.

É importante notar, no entanto que, embora presente em todos os dispositivos da escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indignados/as sobre a questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: “Em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nesta área”. Ou então, “Nós cremos que cabe à família tratar desses assuntos”. De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses “problemas” a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. (LOURO, 1997, p. 80-81).

A quem não se identifica com a heterossexualidade, considerada a orientação “normal”, aplica-se uma lição de silenciamento e dissimulação, obrigando seus sujeitos a se esconderem e conviverem com as piadas, comentários maldosos ou até mesmo sofrerem transferências de escola por não se adequarem ao colégio.

A escola restringe sexualidade à Ciências, Biologia ou Educação Física, associando-a a doenças, gravidez e totalmente centrado na heterossexualidade. Assim, nega-se outras formas de orientação sexual. De modo que há a ausência de uma educação para a diversidade, para o respeito com o diferente. Inexiste uma preocupação em se educar o sujeito para o respeito para com as formas como cada pessoa orienta seu desejo afetivo sexual. Inevitavelmente, o que se constata é a reprodução de pessoas infelizes, marcadas pelo sentimento de culpa por não se enquadrarem nos padrões de normalidade.

Segundo WELZER (2001), como grupo dominado, os homossexuais colocaram em evidência as condições de opressão: repressão em numerosos países, direitos distintos de outros homens dando a impressão de serem considerados como cidadãos de segunda ordem, agressões no espaço público, invisibilidade nos livros escolares contribuindo ao isolamento. (REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS, 2º Semestre, p. 406, 2001).

Diante de uma sociedade marcada por um padrão pré-estabelecido por brancos, homens masculinos, heterossexuais e cristãos, parece que a Escola simplesmente reproduz estes mesmos padrões, transformando aqueles que não se identificam com eles em sujeitos indesejáveis, pecadores, exóticos e, por esta razão, passíveis de serem agredidos, humilhados, expostos, desprezados e castigados.

A isso chamamos de homofobia. Ela ocorre tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares, fazendo com que a homossexualidade, na maioria das vezes, seja tratada como anomalia, aberração, pecado, doença... Enfim, algo a ser repellido, extirpado, combatido, para se garantir a ordem, a paz, os bons costumes, etc.

Medo, desprezo e intolerância... esses são apenas alguns dos sentimentos de repulsa demonstrados contra homens e mulheres homossexuais. A homofobia – ódio ou aversão à homossexualidade – é uma prática disseminada não apenas entre skinheads, ou grupos extremistas, mas também entre adolescente, jovens, adultos e idosos que, por motivos culturais, sociais ou de conduta individual, discriminam pessoas de acordo com a orientação sexual. (GUIA PARA EDUCADORES (AS), 2006, p. 19).

O silenciamento e a dissimulação parecem ser as palavras de ordem quando a homossexualidade é o assunto em pauta. Tudo resultado de uma falta de sensibilidade e abertura para o outro, para o diferente, que tem sua história negada. O homossexual é condenado a não falar sobre a sua orientação para não sofrer retaliações, enquanto a Escola também não se atreve a tocar no assunto para não se comprometer.

Tudo fica escondido feito um segredo, como se por acaso, fosse tocado no assunto, falado, discutido, poderia ser altamente contagioso. Assim, o não falar – a ausência da fala – surge como a garantia da norma vigente. De modo que os “afetados por tal problema” sejam considerados desviantes indesejados ou ridículos, fora do padrão (LOURO, 1997, p. 67-68).

Acontece que a mesma escola que exclui, reproduzindo a homofobia, é a que, contraditoriamente, se alicerça em leis e normas que rejeitam a exclusão, o desrespeito, a repressão, etc. Ouvimos sempre dizer que no Brasil não há preconceitos, que a nação é acolhedora e pacífica. Ao compararmos o Brasil com outras nações, especificamente no que se refere à questão dos direitos civis de pessoas com orientação homossexual, constatamos que isso não é bem verdade. Em países como a Noruega e a Suécia, por exemplo, um homossexual tem resguardado o direito de exercer a sua cidadania igualmente a um heterossexual. No Brasil, parece que isso ainda não é tão bem aceito.

O QUE DIZEM ALGUMAS LEIS BRASILEIRAS?

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)

Art. 5 “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e a propriedade. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. (Parágrafo 2º).

III – Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante.

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra dos cidadãos. A LDB, lei máxima da Educação Brasileira, reafirma o Artigo 5º da Constituição, observando o respeito ao pluralismo, à tolerância e a liberdade [...]

• LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (1996):

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso à permanência na escola; II – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; III – Respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), em seus artigos 15 e 16, observamos o direito à liberdade, o respeito e a dignidade, porém, num ambiente onde não exista discriminação:

Art. 15 “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”.

Art. 16 “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir, e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

Segundo Freire (1996, p. 60),

Faz parte, igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega a democracia. O que quer dizer o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos. (FREIRE, 1996, p. 60).

Nesse sentido, assim como nosso filósofo e pedagogo brasileiro, Paulo Freire, acerca da discriminação e quaisquer práticas preconceituosas, quando estamos lidando com questões humanas, o dinamismo social é o princípio primeiro. Ou seja, há, naturalmente, conflito e muitas vezes, até mesmo choque de opiniões, sendo necessária a mudança de conceitos e mentalidades.

HOMOFOBIA, CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A Homofobia, infelizmente, é uma construção histórica cultural. Trata-se de uma questão histórica, uma vez que a própria história reproduz a homofobia com a ciência e suas leis, por exemplo. A escola não cria a homofobia exclusivamente, mas se localiza justamente no ambiente onde ela é reproduzida. Instituições como a Escola, Justiça, Imprensa e Igreja reforçaram e justificaram a homofobia.

Uma vez que ela é fruto de um longo processo que se deu no decorrer de décadas e séculos, como certo processo natural de humanização, em que choques de valores levam a certos tipos de intolerância, vemos que ela passou a povoar imaginários negativos. Assim, a discriminação foi sendo considerada normal e quem praticava o chamado “homossexualismo” tinha dois destinos: hospital ou prisão, como forma de medicar, tratar, curar, vigiar e/ou punir, etc.

Depois do núcleo familiar, é na escola que aprendemos a nos relacionar, respeitar limites, utilizar espaços, identificar igualdades e desigualdades. É na escola que começamos a perceber o que é uma sociedade e como ela se organiza. Dela também faz parte ensinar regras e normas sociais, e promover o bem-estar entre todos. Os adolescentes homossexuais são, muitas vezes, colocados em evidência pelos colegas, tornando-se alvo de crueldades verbais e, muitas vezes, físicas. Professores se omitem por estarem enraizados nos seus preconceitos ou por acharem que não compete a eles qualquer atitude. (PICAZIO, 1998, p. 120-121).

Destarte, até que ponto a escola pode desconstruir um imaginário negativo produzido ao longo dos séculos? O desafio é resolver a contradição: Continuar reproduzindo a homofobia historicamente, por meio do silêncio e da dissimulação ou formar professores com profundo respeito às diferentes

orientações afetivo-sexuais, favorecendo assim, uma séria reflexão acerca dos próprios preconceitos?

Todo mundo sabe o desconforto que é para o aluno de número 24 da chamada na escola. Não há o termo Homossexual na Bíblia, mas é interessante notar as deturpações que se fazem de acordo com interesses hegemônicos. A escola deveria ser um ambiente de valores humanos, respeito, igualdade, solidariedade e democracia como pilares fundamentais. De modo que a exploração e qualquer tipo de discriminação e preconceito devem ser combatidos com rigor. A formação de uma consciência humanizada e humanizadora é que deve ser o norte de qualquer ação transformadora.

PISTAS DE AÇÃO PARA A DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO

Nas Diretrizes Curriculares de História, por exemplo, encontramos contemplada uma legítima e necessária preocupação no sentido de, retirar do foco de pesquisa histórica tudo que possa ser entendido como definitivo, dado, eterno, evitando a qualquer custo o dogmatismo, possibilitando ouvir o outro lado da história, a história dos oprimidos.

Dessa maneira, identificamos hoje um grande avanço para a superação de verdades eternamente estabelecidas, que simplesmente negam a voz de quem vive, ama, vota, veste diferente da maioria, dos considerados “normais”, “corretos”, “limpos”, “recatados”, “puros” e “justos”. Isto possibilita uma importante abertura para a consideração do diferente, mediante quebra de estereótipos, preconceitos e paradigmas.

Nessas diretrizes, trata-se de uma concepção de História em que verdades prontas e definitivas não têm lugar, porque necessariamente o trabalho pedagógico nesta disciplina deve dialogar com outras vertentes tanto quanto deve recusar o ensino da História marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p.22).

A visão de uma história não dogmática, a visão da história sob o ponto de vista do excluído, pressupõe uma história como problematização: [...] a problematização produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais, culturais e políticas dos sujeitos e suas relações.” (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 22).

Assim, consideramos as abordagens da Nova História e da Nova Esquerda Inglesa, coerentes com uma pesquisa e intervenção na escola acerca do problema do preconceito, especificamente, nesse caso, focado na homofobia.

A Nova História, cuja uma das expressões é a História das mentalidades, insere-se no contexto conturbado da década de 1960, influenciada

pelos acontecimentos de maio de 1968, em Paris, da Primavera de Praga, dos movimentos feministas, pelas ruas contra as desigualdades raciais nos Estados Unidos da América, entre outros. Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa procuraram analisar a concepção de poder de forma a presentear outros atores sociais e outros espaços de poder, o que ficou conhecido como a “história vista de baixo”. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 27)

Nessa perspectiva, a história é vista de baixo, a história deve incluir “outros sujeitos:

Ao retomar alguns aspectos apresentados no histórico da disciplina, identifica-se que o ensino da História tradicional está pautado pela valorização da História política e econômica, linear, factual, personificada em heróis, e exclui a participação de outros sujeitos. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 28).

Desse modo, o estudo e o combate da homofobia na escola passam por uma análise de relação de poder:

Segundo Barros (2004), o que autoriza classificar um estudo como História política é o enfoque no poder, não apenas estatal, mas, também, nos micropoderes presentes no cotidiano: família, escola, fábricas, prisões, hospitais, hospícios etc. São perceptíveis as influências do pensamento de Michel Foucault e outras contribuições teóricas que favorecem a releitura da História política, como os escritos de Gramsci, Geertz, Bourdieu, entre outros... ...Para tanto, ressalta-se a importância de inserir o sujeito comum na História, a partir do estudo de espaços e de relações sociais pautadas pelas relações de poder. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 29).

Uma abordagem histórica “vista de baixo”, que vise incluir a participação de “outros sujeitos”, pautada por “relações de poder”, deve, necessariamente, se aproximar de outras áreas do conhecimento humano, desconsideradas em outras épocas:

As pesquisas na área da História ganharam novo impulso. Historiadores optaram por aproximar a História de outras áreas das ciências humanas, como a Sociologia, a Geografia, a Psicologia, a Economia, de modo a incorporar outras dimensões e articular diversos aspectos da sociedade na análise do processo histórico. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 33).

Um projeto de intervenção na escola, deve se fundamentar no sentido de propor mudanças teóricas e práticas, a fim de superar qualquer concepção histórica que insista numa abordagem economicista e reducionista, contribuindo para a manutenção da exclusão e empobrecimento da própria história.

Nesse sentido se faz a importância da Nova Esquerda Inglesa, quando propõe a articulação entre a dimensão econômico-social e a cultura. Entre outros,

o novo olhar sobre essa dimensão se faz presente na chamada *History from Below* (História vista de baixo), proposta que incluiu novas fontes para o estudo da História, que buscava dar voz aos excluídos, uma vez que os documentos oficiais privilegiavam, a priori, o olhar dos vencedores.

Conforme Sharpe, em 1936, Bertold Brecht, em seu poema *Perguntas de um operário que lê*, apresentou aquela que provavelmente ainda é a afirmação mais direta da necessidade de uma perspectiva alternativa ao que poderia ser chamado de “[...] história da elite [...]” (1992, p.40).

Entretanto, somente em 1966, com a publicação de um artigo de Edward Thompson, iniciava-se essa perspectiva da História vista de baixo. Os intercâmbios com a antropologia, por exemplo, permitiam o uso de fontes ligadas à repressão, como: processos judiciais, inquéritos policiais, processos inquisitoriais, entre outros. Para o estudo da História, também são importantes as fontes orais, que possibilitam resgatar o passado dos sujeitos comuns. Os trabalhos de Thompson (1935-) são exemplares dessa afirmação.

Para Joutard, a fonte oral

“[...] não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim ‘de uma história’, afim da antropologia, que dá voz aos ‘povos sem história’, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias.” (DIRETRIZES CURRICULARES, 2006, p. 34).

Em virtude dos aspectos supramencionados, passamos a propor agora, algumas pistas de ação que consideramos facilitadoras para uma abordagem e enfrentamento do problema apresentado, no cotidiano do trabalho escolar, capazes de produzir uma nova postura diante da delicada questão proposta:

- Uma vez que, naturalmente o ser humano parecer ter uma tendência de condenar o que desconhece ou simplesmente ignorar; Tudo o que é novo, causa medo, receio, estranhamento. Trabalhar com abordagens que possibilitem o contato, a proximidade, a alteridade e, sobretudo, o respeito;
- Propor Palestras sobre a temática específica do homoafetividade, em reuniões pedagógicas;
- Trabalhar o tema primeiro com os professores, a fim de possibilitar que estes quebrem também seus preconceitos e enfrentem seus medos e só depois abordar a temática junto aos alunos;
- Acreditamos haver maior facilidade para se falar no assunto em grandes centros, devido à diversidade aí existente;

- Distribuir questões para os professores responderem, aplicando uma Sondagem prévia afim de se identificar suas concepções e pré-conceitos acerca do tema;
- Trabalhar a questão do respeito às diferenças e a prática da tolerância com o diferente, através de Murais, revistas, fanzines, panfletos, etc;
- Composição de equipe de professores capacitados a fim de responder dúvidas sobre o assunto;
- Buscar compreender o enfrentamento do problema em outras esferas: Jurídico, religioso, cultural, econômico, médico...
- Formação de acervo de apoio: matérias de jornais, revistas, artigos e periódicos; Filmes e mídias que tratem do tema;
- Tratar do assunto em reuniões com pais e conselho Escolar.

Estas são algumas propostas de ação pontuais que acreditamos condensarem algum potencial transformador para as relações cotidianas dentro do ambiente educacional, com o propósito de se enfrentar e superar o silenciamento muitas vezes existente nestes locais, oriundos de verdadeiros desencontros em relação ao que se lê ou se escuta nos meios de comunicação social ou mesmo a prática da homofobia efetivamente estabelecida pelos agentes envolvidos no processo de convivência escolar.

Acreditamos na necessária formação de consciência respeitosa, que favorece o encontro, a convivência sadia, o respeito e sociabilidade entre os sujeitos, sejam eles educandos ou educadores. A educação para o respeito para com o diferente, independente de sua orientação sexual, compreende a aceitação do outro, bem como a sua necessária valorização, observando a sua dignidade humana, com suas virtudes, talentos e contributos para com a sociedade.

A mudança acontece quando nos desarmamos e passamos a valorizar o outro por aquilo que ele é em sua essência, pura e simplesmente, desconsiderando assim e fazendo cair todo e qualquer tipo de rótulo ou consideração pejorativa que diminui, desrespeita e subjuga o colega.

Isso se aplica não só às questões relacionadas a gênero, mas podemos identificar estas questões em diversos tantos outros aspectos, sejam eles, raça, credo, tom de pele, local de nascimento, etc. A questão de alteridade, do respeito às diferenças, certamente favorece e muito a prática eficaz de uma autêntica educação libertadora proposta por Paulo Freire.

Paulo Freire não aceitava, numa concepção problematizadora da educação, a consciência de que o educando é algo a ser preenchido. Os homens

são corpos conscientes e esta consciência confere também ao mundo. A educação problematizadora é a única que responde a essência do ser da consciência que é a sua intencionalidade. Pois a educação problematizadora é um ato cognoscente e não depositário. Eis o papel do educador problematizador:

O papel do educador problematizador é refazer o ato cognoscente na cognoscibilidade dos educandos. Sendo investigador crítico sobre o diálogo educando - educador. É a função de admirar e readmirar com os educandos. Fazendo com que este educando não fique no reino da doxa, mas busque o verdadeiro conhecimento. (FREIRE, 1983, p.80).

A educação problematizadora faz com que os educandos se tornem sujeitos da sua ação, questionando, refletindo sobre a realidade e surgindo para o mundo da práxis que é a transformação do mundo e sua humanização. O educador dialoga com o educando e vice e versa. Por isso, o educador não só educa, mas também é educado. A crítica irá nascer dos educandos mediatizados pelo diálogo que haverá entre educador e educando. Bem convincente é Freire (1983, p. 79), ao afirmar:

O pensar só tem sentido quando se tem sua fonte geradora na ação sobre o mundo, a qual mediatiza as consciências em comunicação, não será possível a superposição dos homens aos homens. Superposição é uma concepção educativa que Freire critica que se situa como prática da dominação. Pois é daqui que parte a concepção de que os homens são meros objetos.

Mediante o engajamento dos homens, é possível uma educação problematizadora que seja capaz, pela ação humana, de superar os desafios. Enquanto que na educação bancária era posto freio para os educandos. É preciso que os homens vão refletindo sobre si e sobre o mundo, e que estes possam ter relações intrínsecas com o mundo.

O homem na educação problematizadora não é isolado, alienado, solto e abstrato. Mas possui uma relação com o mundo. Quando existe a constatação do desafio, não basta somente o reconhecimento, mas também a ação, a práxis humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não se concorde com todas as pessoas em todos os assuntos, o respeito aos semelhantes, bem como suas ações, escolhas e orientações deve existir, sempre. Se este tipo de consciência começa a se formar, certamente são pessoas melhores que estarão se formando para conviverem melhor e mais harmonicamente em sociedade.

Para tanto, uma mudança de mentalidade se faz necessário e urgente. Pois só pode haver mudança real de comportamento com mudança de mentalidade. É preciso pensar diferente, para não julgar, não rotular, não condenar ninguém, por nenhum motivo, seja na escola ou em qualquer outro ambiente. Seja homossexual ou não.

O que facilmente identificamos, é a postura de distanciamento por parte dos professores e equipes gestoras devido a um despreparo para lidar com o assunto, posto que, antes, tratava-se de uma violência velada, escondida, abafada, que não se questionava, não se investigava e agora vemos um verdadeiro fenômeno na abordagem do tema, afim de se enfrentar, questionar e romper estruturas de preconceito, discriminação e deboche.

Desse modo, quando há o silêncio, ninguém se compromete e reina a omissão e a convivência com as diversas práticas de violência e agressão. Mas quando há uma lúcida e séria intervenção, toda a comunidade se torna responsável pelas novas práticas de respeito, acolhida e abertura para outro, em sua dignidade humana e cidadã. É assim que se constrói autêntica fraternidade, com respeito e acolhida, abertura e diálogo, e defesa de direitos básicos e integrais.

No caso, especificamente, da homossexualidade na escola, tal situação precisa ser reconhecida, estudada e entendida para posteriormente passar por um necessário processo de desconstrução, sobretudo nos processos de formação inicial e continuada dos professores. Só assim é que teremos condições de garantir a liberdade de vida e expressão às pessoas, também no ambiente escolar, tornando-o, de fato, um lugar democrático, aberto, livre e harmonioso.

Enquanto não houver uma genuína ação de vigilância para coibir atos de violência e humilhação derivados de incompreensão em relação à orientação sexual de quem quer que seja, vamos continuar assistindo a repetição dessas práticas desumanizadoras e destrutivas que em nada contribuem para um processo sadio de convivência entre seres humanos, sujeitos e protagonistas de sua própria história.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, M. (Org.). CASTRO, Mary, *et al.* **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.
- AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- BRASIL. **Constituição do Brasil**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. 1990.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 1996. CARDOSO, C F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CATECISMO da Igreja Católica. Edição típica vaticana. São Paulo: Vozes; Edições Loyola, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GREEN, J. N.; POLITO, R. **Frescos trópicos:** série baú de histórias. [S.I.] José Olympio, [19__].

GUIA PARA EDUCADORES(AS). Educando para a diversidade. Curitiba: jun. 2006. CEPAC.

JUVENTUDES E SEXUALIDADE. UNESCO. Brasília, 2004.

KUPFER, M. C. **Freud e a educação:** o mestre do impossível. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUCION, C. **Homofobia na escola pública.** Portal Educacional do estado do Paraná. Curitiba - PR. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/981-4.pdf>
Acesso em: 01. out. 2018.

MARTINS, V. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/educação.html> . Acesso em: 01 out. 2018.

MOREIRA, P. R. **Psicologia da educação:** interação e identidade. 2 ed. São Paulo: FTD, 1996.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** 10 ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2009.

PICAZIO, C. **Diferentes desejos:** adolescentes, homo, bi e hétero. São Paulo: Edições GLS, 1998.

PROJETO ESCOLA ELETRÔNICA. Disponível em: <<http://www.e-scola.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2018

REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC. v. 9, n. 2, 2001.

SILVÉRIO, J. **Devassos no paraíso.** 5. ed. São Paulo: Record, 2002.

SOUZA, L. L. de. A Construção de modelos de gênero e sua problematização no contexto escolar. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Org.). **Gênero e violência.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.